



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas

KARINA BERARDO DE SOUZA TELES

MEMORIAL DA REPORTAGEM “VESTÍGIOS DE LUIZ GAMA”
Reflexões sobre jornalismo e racismo epistemológico

BRASÍLIA

2019

KARINA BERARDO DE SOUZA TELES

MEMORIAL DA REPORTAGEM: VESTÍGIOS DE LUIZ GAMA
Reflexões sobre jornalismo e racismo epistemológico

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para obtenção ao grau de Bacharel em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

BRASÍLIA

2019

“[...] jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”.[...] Clóvis Rossi

KARINA BERARDO DE SOUZA TELES

MEMORIAL DA REPORTAGEM: VESTÍGIOS DE LUIZ GAMA
Reflexões sobre jornalismo e racismo epistemológico

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para obtenção ao grau de Bacharel em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

BRASÍLIA, 25 DE OUTUBRO DE 2019

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador

Professora Examinadora

Professor Examinador

AGRADECIMENTOS

Sempre há muito a agradecer, a gratidão é o alimento da alma. Para começar, eu agradeço a Deus pela chance de ter na minha vida as pessoas que mencionarei a seguir, e outras muito queridas.

Para começar, agradeço profundamente meu pai e minha mãe que sempre me deram tudo e mais um pouco, para que eu possa realizar todos os meus sonhos. Ao meu irmão, pelo exemplo de determinação e persistência. Minha irmã, que é meu braço direito, minha melhor amiga e companheira de todas as horas.

Agradeço também a “tia” Meire, que cuida de tudo na minha ausência, e na minha presença também. Meus filhos, João e Camila, alegria maior da minha vida!. Aos colegas de sala com quem eu aprendi e me diverti muito, em especial: Paulinho, César, Sara, Roberto, Lucas Valença e, claro, Márcia e Zilta.

Sou muito grata também aos meus professores e professoras que me inspiram com tanta sabedoria e dedicação. Em especial, Sérgio, Isa, Henrique, Bruno e Carol. Mas há duas pessoas que merecem um agradecimento especial, meu companheiro e marido Hugo, por me apoiar em todas as decisões e acreditar que vai dar tudo certo. E ainda, meu professor Luiz Cláudio, por ser tão generoso, saber e ensinar tudo sobre o melhor jornalismo e, principalmente, por não ter me deixado desistir.

RESUMO

Este memorial refere-se a grande reportagem “Vestígios de Luiz Gama” produzida com o objetivo de refletir sobre racismo epistemológico, a ausência de Luiz Gama nos currículos das faculdades de jornalismo e a importância da discussão sobre sua trajetória como intelectual e jornalista até os dias atuais. No material jornalístico, pretendeu-se fazer uma breve retrospectiva da atuação de Gama como jornalista. Tentou-se também correlacionar Luiz Gama com dois fatos ocorridos recentemente, a comemoração pelos 131 anos da assinatura da Lei Áurea e o protesto contra a celebração.

Palavras-Chave: Reportagem; Luiz Gama; Jornalismo; Negro; Racismo Epistemológico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 O gênero da grande reportagem.....	10
2 Reportagem em Revista.....	13
3 Personagens jornalísticas.....	15
3.1. As fontes	17
4 Processo de produção.....	19
5 CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS.....	23
APÊNDICE.....	24

INTRODUÇÃO

Este memorial refere-se ao processo de produção do trabalho jornalístico “Vestígios de Luiz Gama”, caracterizado como gênero da grande reportagem em formato de jornalismo de revista. A pauta teve como objetivo trazer para discussão a figura de Luiz Gama, especialmente, na condição do jornalista que foi e também propor um debate sobre racismo epistemológico. Para tanto, foram entrevistadas pessoas negras que, como Gama, lutam por espaço e reconhecimento na atualidade.

A reportagem abordou a história de Luiz Gonzaga Pinto da Gama durante sua atuação no Brasil oitocentista, buscando compreender por que esse grande intelectual não faz parte do currículo dos cursos de jornalismo. Além disso, tentou conhecer como é a realidade de algumas pessoas negras que produzem conhecimento hoje, seja no meio acadêmico, jurídico ou no jornalismo. Os ambientes escolhidos se justificam, porque a trajetória de Gama perpassa essas três áreas.

Para começar a reportagem foi preciso retornar até 1830, quando Luiz Gama nasceu, pois é necessário conhecer a sua trajetória. Ele é a única pessoa, de que se tenha registro no Brasil, que conseguiu se libertar da abominável dominação da escravidão e tornar-se o primeiro advogado, jornalista e político negro. E tudo isso ainda na vigência do regime escravocrata, já que morreu em 1882, seis anos antes do “fim” da escravidão.

O tema do racismo não é novidade na mídia, mas a presente reportagem busca inovar na medida em que apresenta a atuação de Luiz Gama como jornalista, cujas denúncias e artigos publicados influenciaram e interferiram na luta tanto pelo fim da escravidão como da monarquia. A investigação buscou romper com a narrativa presente no senso comum coletivo e repercutido pela imprensa de que os negros pouco teriam se mobilizado intelectualmente em busca da liberdade e que esta teria sido alcançada no dia seguinte ao 13 de maio de 1888.

Prova disso foi fato ocorrido em 14 de maio deste ano, quando os deputados Luiz Philippe Orleans e Bragança, descendente da Princesa Isabel e Eduardo Bolsonaro decidiram comemorar os 131 anos da assinatura da Lei Áurea, atribuindo à Princesa a condição única de redentora dos escravos brasileiros.

É que, em geral, para os estudiosos sobre a abolição e, especialmente, para a população negra a data não deve ser motivo de celebração, mas de reflexão e, principalmente, de valorização da luta de pessoas como Luiz Gama, Zumbi dos Palmares, Dandara, entre muitas outras que atuaram na conquista da própria liberdade. Liberdade, porém, incompleta. Como será apresentado nas entrevistas, o negro permanece em luta constante por espaço e reconhecimento como construtores de conhecimento e saberes.

Em dezembro de 2018, Luiz Gama teve seu nome inscrito no livro dos Heróis da Pátria. O livro fica dentro de um monumento cívico-fúnebre em Brasília, chamado Panteão da Pátria e existe desde 1986. Foi construído com o objetivo de homenagear as pessoas que contribuíram para o país. Os nomes indicados precisam ser aprovados pelo Senado Federal e dependem da criação de uma Lei. O autor da proposta legislativa foi o deputado Orlando Silva, que apesar de inúmeras tentativas, não participou das entrevistas.

O juiz Fábio Esteves, primeiro magistrado e professor negro da Escola da Magistratura em Brasília foi entrevistado. A jornalista e integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira/SP), Cinthia Maria Gomes também participou. Além da jornalista Noemia Colonna, a historiadora Ana Flávia Magalhães e, ainda, Lúcia Ferreira Fonseca, considerada a maior estudiosa e biógrafa de Luiz Gama.

Em complemento, foi realizada entrevista com o professor Alexandre Kieling, coordenador do curso de mestrado em Comunicação da Universidade Católica de Brasília. As respostas dele serviram como um contraponto na tentativa de explicar a ausência de Luiz Gama nos manuais e salas de aula de jornalismo. As perguntas levaram em consideração o que consta no artigo 5º. da norma que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo,

elaborada em 2013 pelo Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior vinculado ao Ministério da Educação.

O objetivo era descobrir se Luiz Gama é estudado nos cursos de jornalismo e qual a explicação para essa decisão pedagógica. Assim consta no referido artigo:

“O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao **pluralismo característicos da sociedade** e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social” (BRASIL, 2013, p.2. grifo nosso)

Nas palavras do professor Kieling, na atualidade, Luiz Gama não poderia ser considerado jornalista, mas um “articulista em publicações engajadas, cujo objetivo era proselitismo político. Portanto, não jornalístico”.

1 O gênero da grande reportagem

Optou-se pela reportagem porque como ensina Muniz Sodré e Ferrari (1986, p.9) esse gênero jornalístico é privilegiado. É um espaço em que é possível apresentar narrativas com personagens, descrições, ações e dramas, mas sem perder a “objetividade informativa”.

A notícia de que Luiz Gama foi incluído no Livro dos Heróis da Pátria, em dezembro de 2018, como um intelectual negro símbolo da luta pela abolição produz conseqüências que vão além da formalidade e da frieza desse imenso livro de aço que está soldado a uma pedra dentro de uma sala gelada e com pouca iluminação no Panteão da Pátria na Praça dos Três Poderes.

O reconhecimento das suas ações e o título, agora oficial, de ‘o maior abolicionista do Brasil’ vai de encontro com a narrativa até então dominante. Ou seja, a liberdade dos escravos não veio da assinatura da Princesa Isabel. Porém, curiosamente, no ano seguinte ao título concedido a Luiz Gama, dois parlamentares decidem celebrar aquela que seria a redentora dos escravos.

Cabe destacar que a reportagem não pretende narrar a história do Brasil e muito menos mudá-la. Mas diante da repercussão dos fatos mencionados acima, ficou claro que era preciso ir além das notícias frias, era preciso entender quem foi Luiz Gama, o que ele escrevia e fazia? Por que ele é um herói da pátria? Por que ele não faz parte das aulas de jornalismo? Por que houve protesto contra a celebração dos 131 anos da assinatura da Lei Áurea?

Ao tentar responder esses questionamentos outros foram surgindo, de maneira que a narrativa sobre Luiz Gama e sua trajetória abriu espaço para outras histórias. Histórias de pessoas que como Gama, lutam para ocupar espaços, serem ouvidas, lidas e reconhecidas.

Lipman (apud Muniz Sodré e Ferrari, 1986, p.18) ensina que “As notícias costumam limitar-se a descrever sinais, mais do que analisar seus significados”. Pois bem, a reportagem permite analisar os significados e, principalmente, conduzir

o leitor a um posicionamento crítico por ampliar a discussão sobre a invisibilidade dos negros, especialmente, no tocante a atuação da imprensa, no ambiente acadêmico e jurídico.

Tomando como base a classificação de Muniz Sodré e Ferrari (1986, p.64) a reportagem é do tipo *quote-story* ou documental, que segundo esses autores “É o relato documentado, em que se apresentam os elementos de maneira objetiva, acompanhados de citações que complementam e esclarecem o assunto tratado.”

A reportagem foi elaborada com critérios do jornalismo de revista cujo texto pode ser mais criativo, além de utilizar de recursos estilísticos que, via de regra, não são possíveis nos jornais diários. Entre outras técnicas, buscou-se seguir o que ensina Vilas Boas (1996, p.9) ou seja, agrupar ideias de um mesmo assunto e sentido, conforme destaca o autor “Mais interpretativo e documental do que o jornal, o rádio e a TV; e não tão avançado e histórico quanto o livro-reportagem.”

Dois foram os fatos principais para a escolha do assunto. A inclusão do nome de Luiz Gama como heróis da pátria, reavivando sua memória e suas contribuições para o Brasil. E, do lado oposto, a homenagem prestada a Princesa Isabel na Câmara dos Deputados pelos 131 anos da assinatura da Lei Áurea.

A reportagem apresentada tem um ponto de vista. A narrativa foi construída sob a ótica de pessoas que entendem ser importante para a formação da sociedade conhecer e refletir sobre Luiz Gama e sua obra. Além de insurgirem-se contra o racismo epistemológico, termo que a jornalista Cinthia Maria Gomes citou como uma das razões para a invisibilidade da produção intelectual do negro.

“O ponto de vista é um propósito, não necessariamente explícito, de se chegar a algum lugar, de propor alguma coisa para o leitor” (Vilas Boas, 1996, p.21) Uma das razões para a escolha do formato de revista é a possibilidade de misturar fatos do passado e atuais. Foi o que se tentou fazer ao apresentar relatos da vida de Luiz Gama no século XIX e de homens e mulheres que ainda hoje precisam lutar para ocupar espaços que, historicamente, eram (ou são) ocupados por pessoas não negras.

Segundo Vilas Boas (1996, p.43), “narrar é contar os fatos nos quais intervêm os seres humanos”. Lígia Ferreira, para a reportagem, salientou que Luiz Gama não pode ser ‘reduzido’, assim como as pessoas entrevistadas, cujas trajetórias pretendeu-se narrar.

2 Reportagem em Revista

A reportagem pode ter mais de uma forma, optou-se aqui pela documental, que se aproxima mais da pesquisa em que os elementos são ordenados de maneira objetiva e expositiva. Para Scalzo (2003), a reportagem em revista sequer precisa de um *lead*, mas é fundamental que tenha uma abertura atraente, além de começo, meio e fim e as três partes se complementam.

O apego às revistas “físicas” e a possibilidade de circular em diversos ambientes sem que o leitor tenha que dispor de equipamentos eletrônicos serviram como razões para a escolha de produzir a reportagem em papel.

Na mesma publicação, Scalzo (2003) explica que a primeira revista foi publicada em 1663 na Alemanha e assim como as que surgiram depois na França e Itália se assemelhavam a livros e não se chamavam revistas. Foi apenas em 1704 na Inglaterra que foram batizadas de magazines, em comparação às grandes lojas que vendiam de tudo um pouco.

No Brasil, as revistas chegaram com a vinda da corte portuguesa e a primeira foi publicada em Salvador em 1812, no ano seguinte, foi lançada a segunda revista, no Rio de Janeiro, ambas com feições de livros. Mas foi a partir de 1837 com a inclusão de temas variados e, principalmente, ilustrações que as revistas passam a ter conteúdo jornalístico e a serem consumidas pela elite brasileira.

Importante destacar que, assim como acontece em outros livros que contam a história da imprensa do Brasil, o nome de Luiz Gama também não é citado por Marília Scalzo quando a autora trata dos jornais ilustrados. Ao continuar ensinando sobre a evolução do jornalismo e do uso das ilustrações, que foram destaque a partir dos anos 1849 no Brasil, apenas Ângelo Agostini é citado.

A jornalista da Cojira/SP, Cinthia Maria Gomes, para a reportagem, mencionou que essa ausência é um exemplo do que chamou de racismo epistemológico. “Como você me explica o fato de um autor constatar que Luiz Gama foi um dos maiores

jornalistas da sua época e dar a ele apenas uma nota de rodapé? Eu não tenho outra explicação para isso, senão, racismo epistemológico”.

São situações como a descrita acima, fatos como a comemoração dos 131 anos da assinatura da Lei Áurea e falas como a da deputada Carla Zambelli (PSL-SP) e do deputado Luiz Philippe Orleans e Bragança, conforme trechos abaixo, que reforçam a necessidade da ampliação do debate e da reportagem que se apresenta.

Lembrando os senhores que, se a Marielle foi uma mulher livre, foi graças à Princesa Isabel — afirmou, em referência à vereadora Marielle Franco (PSOL), que era negra e foi assassinada no Rio de Janeiro no ano passado. [...] A natureza humana nos leva a esses conflitos de escravizar uns aos outros. Isso faz parte da nossa natureza. PORTINARI;GRILLO. (2019)

3 Personagens jornalísticas

Motta (s/d) ensina que as personagens realizam ações “na progressão da história” e que, portanto, analisá-los depende da compreensão da história integral. Não foi por outra razão que a reportagem pretendeu fazer um resgate da vida e obra de Luiz Gama e tentou correlacionar suas ações com as das pessoas entrevistadas, já que ele é o protagonista da narrativa, sem perder de vista, entretanto, que o material tem como objetivo apresentar a nossa “versão”.

As pessoas entrevistadas guardam alguma relação com Luiz Gama, seja porque são estudiosos da sua história, como a professora Lígia Ferreira, ou o atual presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal que, como Gama partilha o ‘título’ de ser o primeiro negro a ocupar algum espaço precursor.

Chama atenção, aliás, como a narrativa jornalística utiliza o ‘título primeiro’ como algo completamente positivo. Como se convencionou fazer quando se trata de disputas desportivas ou de outra natureza. Porém, ser o ‘primeiro negro’ ou ‘a primeira negra’ nem sempre é motivo de vitória.

Conforme será lido na reportagem, ser ‘o primeiro ou a primeira’ significa que ao longo dos mais de 500 anos de Brasil, apenas em 2018, por exemplo, um homem negro ou uma mulher negra alcançou determinada posição anteriormente exercida por pessoas brancas.

Ao longo da reportagem buscou-se diferenciar a narrativa biográfica de Luiz Gama da narrativa jornalística relacionada com os entrevistados para respeitar, segundo Motta (s/d, p.7, apud Mesquita, 2002) os “dados do real”. Sem perder de vista, entretanto, a subjetividade do entrevistador na construção da reportagem e, principalmente, na correlação entre a personagem Luiz Gama e as fontes.

3.1. As fontes

Para refletir sobre a escolha das fontes para a entrevista, trazemos conceituações de um dos principais estudiosos do tema, o professor Nilson Lage, que se deteve a criar tipologias. Para a construção do discurso jornalístico é preciso selecionar as fontes, que de acordo com Lage (2001, p.62) pode ser divididas em: “a) oficiais, oficiosas e independentes, b) primárias e secundárias e c) testemunhas e experts”.

As oficiais são as relacionadas com o Estado, como fundações e juntas comerciais. As oficiosas são aquelas ligadas a pessoas ou entidades, mas que não estão devidamente autorizadas a falar em nome delas. E as independentes, como o nome sugere não tem, em regra, interesse específico ou relação direta de poder com o fato a que se referem.

As primárias são as fontes que fornecem dados essenciais para a matéria, as secundárias, embora, o nome sugira o oposto, devem ser consultadas antes das primárias, como ensina Nilson Lage. Isso porque, nos orientam a melhor compreender sobre o assunto da matéria e construir as perguntas mais adequadas para as fontes primárias.

Foi esse o critério utilizado para a reportagem. A professora Lígia Ferreira, especialista em Luiz Gama, foi entrevistada depois das outras fontes. O juiz Fábio Esteves, as jornalistas Noemia Colonna e Fabiana Moraes e o advogado Marivaldo Pereira podem ser incluídos no terceiro tipo de fonte, testemunhais. Os relatos são das experiências pessoais de cada um em relação ao racismo epistemológico e ao episódio, também narrado da reportagem, sobre a celebração da Lei Áurea.

Já o professor Alexandre Kieling e a jornalista Cinthia Maria Gomes podem ser incluídos na categoria dos *experts*, porque contribuíram com reflexões sobre Luiz Gama a partir de suas convicções acadêmicas e não necessariamente em razão de experiências pessoais, como a fonte testemunhal.

A reportagem buscou contar com fontes de classificações diversas, ainda que algumas possam ocupar mais de uma posição, com o intuito de apresentar um texto plural. Importa destacar que há diversas possibilidades e estudos sobre as fontes, mas o objetivo aqui é de apenas mencionar o autor e critério utilizado na reportagem.

4 Processo de produção

A reportagem passou por várias fases até tomar formas de matéria jornalística. Era preciso mais, até para que fosse possível justificar a produção de uma reportagem. Além disso, a origem da prática do racismo no Brasil não está em atos pontuais, mas sim na própria construção do país que se dá através das narrativas.

Diante disso, foi preciso encontrar um momento na história em que o jornalismo e as questões raciais estivessem em diálogo. O livro da professora Lígia Ferreira, “Com a palavra, Luiz Gama”, publicado em 2011 preencheu a lacuna. A partir desse achado solidificou a importância de Gama como jornalista. Seus artigos, críticas e articulações políticas contribuíram para o fim da abolição e também da monarquia.

Iniciou-se, então, a investigação acerca da trajetória do jornalista Luiz Gama, pioneiro no jornalismo ilustrado no Brasil, dono de mais de três jornais paulistanos do século XIX, e ainda assim, ele não faz parte do currículo dos cursos de jornalismo. Nessa busca, foram entrevistadas duas jornalistas e um professor do curso de mestrado em Comunicação em Brasília. Ele, ao contrário das entrevistadas, afirmou que Gama não pode ser considerado jornalista como se entende hoje a profissão.

Enquanto me debruçava sobre as questões acima, foi realizado na Câmara dos Deputados evento em comemoração aos 131 anos da assinatura da Lei Áurea. A cerimônia foi alvo de críticas e protesto organizado pelo advogado e político Marivaldo Pereira.

Entrei em contato ele para entender os motivos das críticas e as suas respostas me ajudaram a fazer a ponte entre o passado de Luiz Gama e o presente, bem como a relevância de trazer à tona as narrativas e saberes do povo negro, tanto do passado quanto do presente.

Foram três as maiores dificuldades para a realização do trabalho. A

primeira foi a formatação da matéria e como torná-la interessante, a segunda foi fazer a ligação entre os anos 1830 e o presente. E a terceira foi conhecer os textos de Luiz Gama para solidificar a importância dele como jornalista e não somente como defensor dos escravos ou, como afirmou o professor Alexandre Kieling, apenas um “articulista”.

Ler os escritos de Gama nos jornais de sua época, contextualizados no livro da professora Lígia Ferreira, estudar a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a não obrigatoriedade do diploma de jornalista e as aulas dos professores durante a graduação me permitiram concluir que a ausência de Luiz Gama no rol dos grandes jornalistas do Brasil oitocentista é reflexo do racismo epistemológico.

Mais uma possível prova disso é que na referida decisão do Supremo Tribunal Federal, o ministro Carlos Ayres Britto cita grandes personalidades brasileiras cujos escritos são reconhecidos com viés jornalístico e Luiz Gama, não é mencionado. Qual seria, então, o critério para que alguém do passado, antes da invenção formal da profissão seja considerado jornalista?

“Lembro-me, Senhor Presidente, de nomes como o de Otto Lara Resende, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Manuel Bandeira, Armando Nogueira, verdadeiros expoentes do vernáculo que sabiam fazer como faz Manoel de Barros: sabiam perfeitamente bem que penetrar na intimidade das palavras é tocar na própria humanidade. E não se pode fechar as portas dessa atividade comunicacional que em parte é literatura e arte, talvez mais do que ciência e técnica, para os que não têm diploma de curso superior na matéria” (BRITTO, 2009)

Em sua publicação de 2011, Lígia Ferreira afirma que Gama desmascarou a falsidade das elites e o fez por meio da imprensa, denunciando julgamentos sem provas, desmascarando a corrupção no judiciário e a conivência da Igreja Católica com a manutenção da escravidão mesmo depois da vigência de leis como a que colocou “fim” no tráfico de escravos em 1831.

Por fim, destaco que conseguir espaço na agenda dos entrevistados não foi fácil, pois colaborar com estudantes nem sempre é interesse deles. Além

das respostas por áudio ou texto, solicitei um breve vídeo de apresentação para conferir maior proximidade com a proposta da entrevista, mas apenas a professora Lígia e o juiz Fábio concordaram. O deputado federal Orlando Silva, embora tenha havido inúmeros contatos com a assessoria, não concedeu a entrevista.

5 CONCLUSÃO

De acordo com critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população negra é compreendida por aqueles que se autodeclaram pretos e pardos, totalizando mais de 55% da população do Brasil. Entretanto, embora negros sejam a maioria esta realidade não se reflete em nenhuma outra estatística positiva.

No campo do jornalismo, por exemplo, são 72% dos profissionais são brancos. É o que revelou a pesquisa “Perfil do jornalista brasileiro”, realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 2012. Não há outra mais atual, conforme informado pela Federação para a reportagem.

Este memorial buscou revisar o processo de apuração da reportagem “Vestígios de Luiz Gama: Reflexões sobre jornalismo e racismo epistemológico”. Ou seja, sobre o não reconhecimento da capacidade intelectual dos negros enquanto produtores de saberes, notadamente no exercício da profissão de jornalista.

Além disso, pretendeu revisar alguns aprendizados teóricos como as fontes jornalísticas, o gênero da grande reportagem, mas principalmente, reconhecer a ausência de Gama, grande jornalista brasileiro do século XIX dos manuais e salas de aula.

Algumas iniciativas, ainda tímidas, parecem estar tentando mudar o cenário da desigualdade entre brancos e não brancos. Uma delas foi a escalação da jornalista Maju Coutinho para apresentar o Jornal Nacional ou a criação da Editoria de Diversidade da Folha de São Paulo este ano, cujo objetivo, de acordo com o jornal, coincide com o que se sugere a seguir.

Para ampliar o debate sobre os temas abordados, propõe-se dois caminhos que se complementam: a) no plano teórico: estudar a trajetória e obra de Luiz Gama nos cursos de jornalismo, especialmente na disciplina sobre a história do jornalismo brasileiro e b) no plano jornalístico: atentar para a necessidade de

ampliar as fontes, incluindo negros e negras como *experts* em diversos saberes e não apenas para falar sobre racismo.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, Alexandre. MICK, Jacques e LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Características demográficas, políticas e do trabalho (2012). Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>>. Acesso em 13.10.2019 às 15h20.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo**, 2003. Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/index.php?>

[option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)

[13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)> p.2. Acesso em 20.05.2019 às 10h15.

BRITTO. Carlos Ayres. **Voto no julgamento da obrigatoriedade do diploma de jornalista**. Disponível em

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>>.

Acesso em: 08.10.2019, às 16h12.

FERREIRA. Lígia Fonseca. **Com a palavra, Luiz Gama**: poemas, artigos, cartas máximas/Organização, apresentações, notas Lígia Fonseca Ferreira – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise pragmática da narrativa jornalística**. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 08.10.2019, às 15h56.

PORTINARI, Natália; GRILLO, Marco. **Movimento Negro interrompe sessão solene na Câmara; monarquistas gritam: “Isabel, Isabel”**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/movimento-negro-interrompe-sessao-solene-na-camara-monarquistas-gritam-isabel-isabel-23664027>>. Acesso em 14.05.2019 às 20h50.

SARAIVA, Adriana. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>. Acesso em: 13.10.2019 às 15h10.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SODRÉ, Muniz. FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo Magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

APÊNDICE

Vestígios de Luiz Gama

Figura 1: Créditos: Folha de S.Paulo

Reportagem: Vestígios de Luiz Gama
Autora: Karina Berardo
Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Jornalismo
Ano 2019

Primeiro e Única

“A escravidão é uma espécie de lepra social: tem sido muitas vezes abolida pelos legisladores e restaurada pela educação sob aspectos diversos”. A frase é de Luiz Gama e foi escrita em 1876, mas permanece atual. A diferença é que a escravidão foi abolida e o racismo assumiu seu lugar.

Fábio Esteves é juiz em Brasília, ele conta que passou cinco anos na faculdade de direito e nunca ouviu falar de Luiz Gama. “Isso é resultado da forma que a educação trata a história do povo brasileiro, sobretudo do povo negro”, sentencia. Para o magistrado isso acontece porque não há no contexto educacional o percurso histórico de um povo que representa mais de 50% da população brasileira.

Ele acrescenta que a ausência de referências de intelectuais negros impacta diretamente na construção da sociedade. “O desenvolvimento de um país está ligado ao conhecimento e as ausências precisam ser amplamente refletidas”. O juiz é o **primeiro** presidente **negro** da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS), apesar da entidade existir há 50 anos.



Figura 2: Juiz Fábio Esteves - acervo pessoal

“Não fui apresentada a Luiz Gama na graduação, não me recordo de aprender sobre nenhum outro escritor negro e nem de discutir questões raciais durante o curso”. A ausência de intelectuais negros também se fez presente na vida acadêmica da jornalista e escritora pernambucana, Fabiana Moraes.

Essa realidade parecia ser percebida por todos como algo natural, mas não para Fabiana que, aliás, era uma das **únicas** alunas **negras** entre os mais de 40 estudantes do curso de jornalismo na Universidade Federal de Pernambuco nos anos 90.

Segundo ela, naturalizar a predominância de brancos nos espaços acadêmicos e de negros em atividades braçais é consequência direta do racismo e do sistema escravista. “A reflexão ainda não está associada a essa **cor**”, lamenta.

O juiz Fábio Esteves acrescenta e alerta que mesmo quando negros conseguem romper com a “norma” e passam a integrar o meio acadêmico ou jurídico, por exemplo, permanecem estigmatizados. “Existe uma certa ideia de que o negro tem que falar só de racismo, como se ele não pudesse ou não soubesse falar de outros assuntos, o que não é verdade”.

No dia a dia dentro do Tribunal do Juri de Brasília, onde atua, Fábio já foi alvo de comentários preconceituosos. Porém, para ele o que incomoda mesmo é perceber a reprodução do preconceito no sistema **judiciário**. “Isso gera uma deturpação na análise das questões do sistema penal, que é estruturado racialmente”, adverte.

(In)Justiças

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu em Salvador no dia 21 de junho de 1830. Pouco se sabe sobre a sua infância, conforme esclarece a escritora Lígia Ferreira, considerada a maior especialista sobre a obra e vida de Gama. Era filho de Luiza Mahin e de pai branco, cujo nome nunca foi revelado.

Em 1930 uma carta autobiográfica de Luiz Gama foi encontrada, nela ele narra a própria trajetória, uma vida repleta de privações, mas

também de muita superação. Em 1838 a mãe foi expulsa do Brasil, por ter participado de revoltas contra o regime escravocrata e Gama ficou com o pai que, alguns anos depois, o vendeu para pagar dívidas de jogo.

Com 10 anos de idade Luiz Gama foi para o Rio de Janeiro onde seria leiloado, mas foi rejeitado pelos comerciantes locais e acabou sendo levado para a casa do homem que o trouxe da Bahia. Foram para São Paulo e o menino passou a ser seu cativo.

“Canta, canta Coleirinho,
Canta, canta, o mal quebranta;
Canta, afoga mágoa tanta
Nessa voz de dor partida;
Chora, escravo, na gaiola
Tenra esposa, o teu filhinho,
Que, sem pai, no agreste ninho,
Lá ficou sem ti, sem vida. (...)”

Trechos do poema "Coleirinho". Luiz Gama.

Contrariando o destino imposto pela escravidão, Luiz Gama foi o **primeiro e único** escravo brasileiro a conquistar a própria liberdade, tornar-se advogado, jornalista e poeta. Aos 17 anos aprendeu a ler e a escrever sozinho, já que a **lei** proibia “pessoas de **cor**” - preta - frequentarem escolas. Tal feito, por si só, já seria digno de registro, mas como enfatiza Lúcia Ferreira, a

trajetória de Gama a partir da libertação do silêncio é ainda mais impactante. “Luiz Gama uniu política, jornalismo e literatura, denunciando injustiças e criticando os que ele considerava responsáveis por cometê-las”, destaca a professora.

“As vozes dos abolicionistas têm posto em relevo um fato altamente criminoso e assaz defendido, há muito anos, pelas nossas indignas autoridades (...) E mais afirmamos, que o Governo de S.M. Imperador tem dado a essas autoridades instruções secretas (...)”

Trechos do artigo “Escândalos”. Luiz Gama. (1869)

Como advogado, Gama libertou mais de 500 escravos, além de ter atuado ativamente para o fim da monarquia. Como jornalista, ele **fundou** nada menos do que três **jornais: Diabo Coxo, O Cabrião, Radical Paulistano** e ainda escreveu para o Correio Paulistano, O Coaracy e O Polichinello. Como poeta, se assumiu como o **primeiro autor negro**, algo inovador, de acordo com Lígia Ferreira.



Figura 4: Acervo Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin



Figura 3: Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo

A especialista lamenta, porém, que a imagem de Luiz Gama foi diminuída, sua importância como representante da literatura brasileira, como porta-voz da liberdade e como integrante ativo do movimento republicano não foram reconhecidas até hoje.

RacismoS

Em igual sentido, Cinthia Gomes, pesquisadora da Universidade de São Paulo e integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (COJIRA), afirma que o apagamento da produção intelectual do negro no

passado e no presente define o que chama de **racismo epistemológico**. Para a pesquisadora os intelectuais negros tiveram e ainda tem seus feitos invisibilizados de maneira proposital.

“A academia não tem noção da magnitude da importância de Gama para o desdobramento da história do país e para seus contemporâneos”.



Figura 5: Cynthia Gomes no lançamento do livro da professora Lígia Ferreira. Créditos: Alice Vergueiro

Mas para a jornalista Noemia Colonna a falta de reconhecimento da produção de saberes dos negros e negras nem sempre é “por maldade” ou de propósito. É, na verdade, reflexo do **racismo estrutural** que permeia toda a sociedade que, segundo Noemia, ainda vive sobre influência de um modelo de educação eurocêntrico. “A nossa universidade é eurocentrada e pessoas fora desse padrão não são consideradas dignas de serem estudadas”, critica.

Ela vai além, afirma que não basta achar ou ter opiniões, diz que é preciso olhar os números e questiona: qual a proporção de professores e professoras negras nas universidades? A resposta está no último Censo do Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais em 2017, são apenas **16%**. Para a jornalista, essa realidade tão desigual só vai mudar quando as narrativas deixarem de ser predominantemente **brancas**. “É preciso se desfazer da roupagem colonial que fomos obrigados a vestir”, finaliza.

Em sentido contrário, Alexandre Kieling, jornalista **branco** e coordenador de um curso de mestrado em Brasília, diz que Luiz Gama não faz parte do currículo dos cursos de jornalismo porque não era jornalista, mas sim “um articulista político”, pois segundo ele o jornalismo ancorado em fatos é um fenômeno do século XX. E que, portanto, avalia que a ausência de Gama não seja reflexo do **racismo epistemológico**.

Resistência e Memória

Para Marivaldo Pereira, servidor público em Brasília, não reconhecer as lutas do povo negro contra a escravidão no passado e contra **opressão no presente** é ainda mais grave do que a falta de representatividade. “Não temos espaço na história oficial, nosso **sofrimento** ainda importa muito pouco para a sociedade”, denuncia.

Ele acrescenta que Luiz Gama não foi o único “apagado” pela narrativa ainda predominante no

Brasil. As lutas travadas por Luiza Mahin, mãe de Gama, Zumbi dos Palmares, Dandara, José do Patrocínio, Carolina de Jesus e Marielle Franco, para citar alguns exemplos, também não são lembradas quando se fala da conquista da **liberdade** e da ocupação de espaços historicamente ocupados por **brancos**.

Aliás, foi com indignação e protesto que Marivaldo e o Movimento Negro (#VidasNegrasImportam) reagiram diante da homenagem prestada à Princesa Isabel em maio deste ano e, principalmente, do discurso da deputada federal Carla Zampelli (PSL-SP) em plenário na Câmara dos Deputados. Ela disse: “Lembrando os senhores que, se a Marielle foi uma mulher livre, foi **graças** à Princesa Isabel”. (<https://bit.ly/2VJGxGa>)

Ana Flávia Magalhães Pinto, doutora em História na UNB, explica que a luta pelo fim da escravidão, ao contrário do que ainda prevalece nos livros didáticos e nos discursos políticos, pertence aos negros e não aos **políticos brancos** do Brasil do século XIX. Marivaldo Pereira complementa que foram as constantes fugas, revoltas e reações do povo negro à **violência** das quais eram vítimas que inviabilizaram o sistema escravocrata. “A atitude da princesa Isabel está muito longe de ser um ato de humanidade, de

bondade ou de reconhecimento da condição humana de nós negros”, assegura.



Figura 7: Créditos: Câmara dos Deputados



Figura 6: Créditos: Câmara dos Deputados

De acordo com o relatório do Atlas da Violência de 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **75,5%** das vítimas de **homicídios** no Brasil foram de indivíduos **negros**. As **mortes** de pessoas negras, segundo Marivaldo, podem aumentar, pois para ele está em curso um “verdadeiro extermínio” da juventude negra. “Vivemos sob um governo liderado por um presidente declaradamente racista. Mais do que nunca, precisamos estar unidos para denunciar e resistir a tudo isso, e gritar para que parem de nos matar”, aponta.

"(...)Não tolero o magistrado, que do brio descuidado,
vende a lei, trai a justiça. Faz a todos injustiça.
Com rigor deprime o pobre, presta abrigo ao rico, ao nobre
e só acha horrendo crime no mendigo,

que deprime. Neste dou com dupla força(...)"

Trechos do poema: Quem sou eu? Luiz Gama. (1861)

Já denunciava Luiz Gama, **primeiro e único** ex-escravo negro, advogado, poeta e jornalista brasileiro.

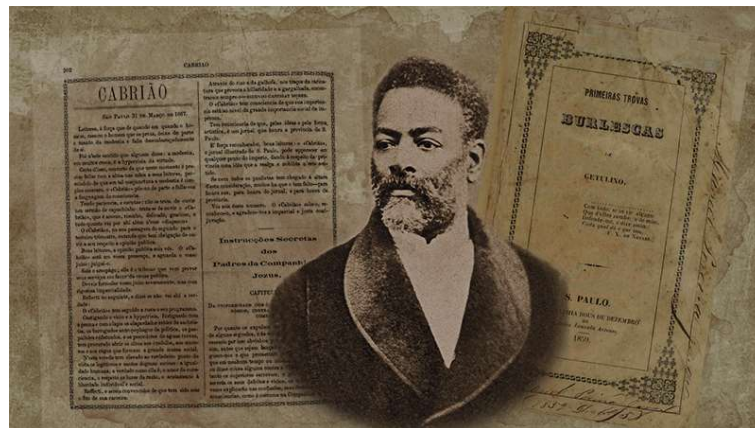


Figura 8: Créditos: Thiago Krening

O juiz Fábio Esteves resume o passado ainda tão presente: “o Brasil fechou grandes feridas sem que elas fossem limpas, fechou grandes questões sem que fossem de fato refletidas”.